

## “ARENAS FEMINISTAS”: TENSÕES NO ENCONTRO DE MULHERES ESTUDANTES DA UNE

"FEMINIST ARENAS": TENSIONS AT THE MEETING OF WOMEN STUDENTS FROM NATIONAL UNION OF STUDENTS

*Hyldalice de Andrade\**

**Cite este artigo:** ANDRADE, Hyldalice de. “Arenas feministas”: tensões no Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 21-33, agosto, 2018. Semestral. Disponível em: [revistas.ufrj.br/index.php/habitus](http://revistas.ufrj.br/index.php/habitus).

**Resumo:** O Encontro de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes, EME da UNE, surgiu em 2005 como fórum de debate e fortalecimento dos feminismos nas universidades. Por meio da observação participante realizada nas VI e VII edições, ocorridas em maio de 2015 em Curitiba e março de 2016 em Niterói, observei que este espaço, considerado o “mais saudável” da UNE, é permeado por conflitos, onde, devido ao seu caráter “auto-organizado por mulheres”, a identidade de gênero emerge como problema. Analisar as tensões entre feministas trans-inclusivas e trans-excludentes, particularmente relativas às suas concepções divergentes sobre gênero, constitui o objetivo deste trabalho.

**Palavras-chave:** Feminismos; Movimento estudantil; EME da UNE; Gênero; Transfobia.

**Abstract:** *The Encontro de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes (EME da UNE)* [the Meeting of Students Women from National Union of Students] appeared in 2005 as a forum for debates and strengthening of feminisms in universities. Through the participant observation realized in the VI and VII editions, held in May 2015 in Curitiba and March 2016 in Niterói, I noticed that this space, considered the “healthiest” from National Union of Students, is permeated by conflicts where, due to its character “self-organized by women”, the gender identity emerges as a problem. Analyze the tensions between trans-inclusive and trans-excludents feminists is the objective from this work.

**Key words:** feminisms; student movement; EME da UNE; gender; transphobia.

Neste trabalho, exploro algumas questões resultantes da investigação sobre o que designo por feminismo universitário e suas estratégias políticas de “combate ao machismo” [1]. A presença dos feminismos em ambientes universitários não é uma novidade, mas, em contexto recente, estudantes autoidentificadas como feministas foram incitadas – e incitantes – em um processo de reorganização e

---

[1] Neste trabalho, termos e expressões tomadas em seu sentido êmico estão destacadas entre aspas. Utilizei itálico para marcar palavras em língua estrangeira e distinguir o emprego de conceitos e noções desenvolvidas por outras autoras e autores.

mobilização dos feminismos na esfera pública e os espaços universitários, especialmente do movimento estudantil, passaram a configurar pontos de articulação onde se encontram e atuam diversos *campos feministas* (ALVAREZ, 2014). Neste cenário, que se intensificou no início da década de 2010, sobretudo marcado pela efervescência das grandes manifestações de Junho de 2013, a ascensão dos feminismos, do movimento negro e LGBT no ambiente universitário é representada pela categoria do “combate às opressões”. A organização desses grupos marcados pela diferença de gênero, raça e orientação sexual vem acompanhada de uma proliferação de denúncias de “casos” de violência e discriminação contra esses sujeitos no ambiente acadêmico e do movimento estudantil, em torno dos quais se organizam e mobilizam diversos “coletivos”. Dentre as formas pelas quais o feminismo universitário se organiza, analiso a “auto-organização” como forma de construção de “espaços seguros” para mulheres. O Encontro de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes, EME da UNE, constitui-se como um desses espaços, o qual me parece garantir acesso privilegiado à observação das questões acerca da “auto-organização”.

Esse estudo se realizou a partir de minha posição no campo enquanto militante feminista, isto é, a análise que aqui apresento é, em grande medida, resultante do tipo específico de relação que estabeleci com as pessoas que compõem esse universo. Nesse sentido, minha realização do trabalho de campo pode ser compreendida a partir daquilo que propõe Favret-Saada (1990) com a noção do *ser afetado* ao repensar o lugar dos afetos no fazer antropológico, especialmente no uso da técnica da observação participante. De acordo com essa proposta metodológica, ao evitarmos qualquer envolvimento com nossos objetos de estudo, limitamos as possibilidades de relação com os sujeitos envolvidos nos fenômenos que buscamos compreender e, portanto, a densidade das informações que necessitamos acessar. Desse modo, a proposta de se deixar *ser afetado* – isto é, de tomar a participação na realidade investigada como um meio de produção de conhecimento – reconhece que não há posições neutras nas relações que construímos com os sujeitos da pesquisa. Todo posicionamento, seja ele mais distanciado ou aproximado, interfere nos rumos de uma investigação. A busca pela objetividade do conhecimento, então, não precisa ser realizada através da dissimulação no texto da posição que o pesquisador ocupou no percurso da pesquisa etnográfica.

Assim sendo, reafirmo que minha posição enquanto militante do movimento estudantil e feminista, organizada em um “coletivo”, foi crucial para a realização desta pesquisa [2]. Ela teve início em maio de 2015, quando realizei trabalho de campo no VI EME da UNE, que ocorreu na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em Curitiba. No mês de março do ano seguinte, dei continuidade ao trabalho de campo na VII edição do encontro, realizada em Niterói, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Para além dos encontros, outros eventos organizados pelo feminismo universitário foram tomados como objetos de observação no Rio de Janeiro, tais como assembleias, reuniões e atos públicos.

---

**2[2]** É importante ressaltar que esta posição não deve ser entendida como estática. Ao longo desse estudo, minha posição, sempre marcada pela pesquisa e pela militância, transitou entre uma atuação mais engajada no cotidiano do movimento, enquanto “militante organizada” – que marcou o período inicial da investigação – e uma atuação mais pontual, enquanto “militante independente” – que caracterizou minha participação na última edição do encontro em que realizei trabalho de campo, a qual não será tematizada neste artigo. Esse deslocamento me permitiu refletir sobre essas diferentes modalidades de engajamento, suas continuidades e descontinuidades.

Também, um conjunto extenso de materiais coletados da internet conformou o objeto de estudo, entre os quais se incluíram relatos públicos, notas e moções de repúdio, além da observação de interações via redes sociais como *Facebook* e *Whatsapp*.

Neste estudo, busco compreender os EMEs como *situações sociais* (GLUCKMAN, 1958), examinando as maneiras como organizações políticas e participantes se manifestam diante dos “casos”. No contexto do movimento estudantil e feminista universitário, “caso” é a forma política assumida por acontecimentos indexados segundo tipos de opressão social, tais como o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Portanto, um “caso” se constrói a partir da denúncia de um episódio de violência, geralmente publicada em redes sociais na forma de notas de repúdio ou relatos pessoais, ou ainda, narrada em espaços presenciais de reuniões, assembleias, em conversas informais, dentre outros eventos do cotidiano acadêmico e militante da universidade. Frequentemente, em vista dos efeitos e das reações que a exposição dos sujeitos envolvidos pode acarretar, nas denúncias públicas, as identidades são preservadas, predominando a lógica da “política do boca em boca”: os “casos” viram assunto e, circulando como boato, as pessoas envolvidas são identificadas. A partir do momento em que se torna público, um “caso” divide opiniões: sobre a interpretação da violência, sobre o que ou quem é responsável pela violência, sobre a legitimidade da própria denúncia e da vítima. Assim, as múltiplas narrativas sobre o “caso” ensejam polêmicas e disputas, o que contribui para que se prolongue no tempo – particularmente, no ambiente das tensões políticas do movimento estudantil, tais disputas adquirem mais fôlego quando o “caso” envolve militantes. Assim, um “caso” é compreendido como um episódio que forçosamente envolve uma violência, em que há vítimas, agressores e demandas por soluções expressas em pedidos de reparação, punição e/ou conciliação.

A partir da compreensão de que *cada caso não é um caso* (FONSECA, 1999) e considerando a centralidade que assumem no contexto investigado, julgo que através da análise de um “caso” seja possível compreender como os sujeitos que compõem o feminismo universitário se relacionam a partir do conflito e da violência. Assim, a análise desses eventos particulares configura um método bastante eficaz para examinar as questões que busco enfatizar nesse trabalho. Primeiro, apresento brevemente o surgimento do EME da UNE e sua dinâmica enquanto um “espaço seguro” e “auto-organizado por mulheres”. Em seguida, abordo uma das principais tensões que se manifestam no EME: a divergência existente entre feministas trans-inclusivas e trans-excludentes no que diz respeito às noções de gênero, sexo e ao lugar que o corpo ocupa na compreensão dessas categorias. Por fim, analiso um “caso de transfobia” ocorrido na VI edição do encontro – também suas repercussões na edição seguinte – e discuto a relação deste “caso” com o modo como atuam feministas jovens em relação à construção da identidade de mulher e as disputas que se desenrolam em torno do sujeito político do movimento.

## 1. Feminismo e movimento estudantil: o EME da UNE

A origem da organização feminista no interior da UNE remete aos anos 1990, no entanto foi marcada por uma série de descontinuidades. Em sua tese de doutorado sobre a rearticulação do movimento estudantil no início dos anos 2000 em torno de pautas relacionadas aos temas da cultura e da identidade, Mesquita (2006) aborda as dificuldades que surgiram em meio à institucionalização do movimento feminista na entidade e a escassez de registros desse período. O autor discute o processo

ocorrido ao longo da primeira década dos anos 2000, em que as mulheres atuantes na UNE reagiram ao machismo presente nos espaços do movimento estudantil e abriram terreno para as discussões feministas na entidade. Nesse contexto, surge o EME da UNE, um fórum que propõe discutir as pautas feministas, principalmente as específicas das mulheres estudantes, fortalecendo-as no ambiente do movimento estudantil e das universidades. Em 2005, ocorreu a primeira edição do encontro em São Paulo, que reuniu cerca de 200 estudantes e foi importante para a criação de diversos “coletivos de mulheres” universitários. Desde então, os encontros vêm crescendo em número de participantes e temáticas alcançadas. Em sua VII edição, contou com cerca de 3000 participantes; calcula-se que a VI teve em torno de 800. O caráter “auto-organizado” é afirmado desde a sua primeira edição como uma necessidade das mulheres de possuírem um espaço próprio para discussão de suas pautas, isto é, a produção de um espaço que não seria atravessado pelas hierarquias existentes entre homens e mulheres. Nesse sentido, frequentemente, os espaços “auto-organizados” são referidos como “espaços seguros”. Entretanto, se, por um lado, a “auto-organização” pretende solucionar provisoriamente a hierarquia entre homens e mulheres no movimento estudantil, por outro, revela as hierarquias existentes entre mulheres na sua imensa diversidade.

A dinâmica política do EME é relativamente diferente de outros espaços da UNE. Esta é formada por diversas organizações políticas de juventude segmentadas pelos campos políticos: “majoritário”, “popular” e “oposição de esquerda”. Esta configuração em campos políticos é extremamente relevante, por exemplo, para o Congresso da UNE (CONUNE), evento decisivo para os rumos da entidade, em que há eleição de delegados, votação e disputa de cargos. Por outro lado, o EME não é um espaço de caráter deliberativo e, embora estes campos se mantenham delineados, não há uma disputa relativa à institucionalidade da UNE, as resoluções, campanhas, moções e cartas do encontro são construídas por meio do “consenso progressivo” [3]. Esta diferença fundamental entre o CONUNE e o EME provavelmente foi central para a percepção de muitas de suas militantes de que esse seria um espaço “mais saudável” em relação ao primeiro. Assim, as disputas travadas no EME não ocorrem em torno da competição por votos: são diluídas, estão presentes em cada canto do encontro e se dão principalmente em torno dos diferentes *campos feministas* e suas distintas concepções, principalmente acerca do machismo e suas origens, do gênero, do sexo e da sexualidade. Sobretudo nas últimas edições do encontro, em que o EME cresceu em número de participantes, há um acirramento dessas disputas, nas quais se incluem as “feministas radicais” e “independentes”. De modo geral, o evento é composto por jovens feministas e, nos últimos anos, vem se consolidando como o principal espaço de encontro do feminismo universitário no Brasil.

Há uma estrutura comum à programação das edições do encontro, que ocorrem durante um fim de semana, tendo início numa sexta-feira e se encerrando no domingo. Na sexta-feira, delegações de diversos estados chegam ao EME e se inicia o credenciamento: ao som das “batucadas

---

**3[3]** Em oposição à votação da maioria, o consenso progressivo é uma metodologia colaborativa de tomada de decisões, fundamentada nos ideais de horizontalidade, cooperação e unidade (no lugar de unanimidade), em que as propostas são construídas de forma processual e coletiva.

feministas” [4], armam-se as barracas, estendem-se as bandeiras, o espaço vai sendo ornamentado por artefatos e corpos políticos, dividindo-se pelas organizações e pelos vários *campos feministas*. As faixas, bandeiras e estandartes de diferentes organizações demarcam os espaços do encontro, sobretudo do alojamento, que se segmenta pelos diferentes campos que compõem a UNE. Cartazes, pôsteres de lambe-lambe e grafites afirmam o espaço do encontro como um “território livre de machismo”, como um ensaio da sociedade almejada. Para o início da noite, há programada uma mesa de debate, em que artistas, acadêmicas e lideranças políticas são convidadas a discutirem a conjuntura social, política e econômica. Esse planejamento das atividades muitas vezes é atrasado, o que abre espaço para a “agitação”, em que palavras de ordem são entoadas, algumas em unidade, outras polarizando, polemizando, criando tensões [5]. Há um clima de torcida organizada entre os campos políticos, que é particular dos espaços da UNE: criam-se paródias musicais que denunciam práticas julgadas incoerentes de determinado campo ou mais especificamente de determinada organização. Após o debate, acontece a primeira “cultural” [6], que encerra a programação do primeiro dia de encontro.

No sábado, durante a manhã, ocorrem algumas mesas em que se debatem temas específicos do movimento e, após o almoço, ocorrem os grupos de discussão, que desde a VII edição do encontro são referidos como “arenas feministas”. Os grupos de discussão abrangem um conjunto diverso de temas e pautas feministas e, dependendo do conteúdo debatido, os espaços podem se configurar de maneira bastante diferente entre si. Nas referidas edições, acompanhei o grupo de discussão sobre legalização do aborto e a “arena feminista” LBT, cuja temática é centrada nas questões relativas a lésbicas, bissexuais e trans. O primeiro se configurou como um “espaço de acolhimento”, em que foram relatados diversos episódios de aborto clandestino e os efeitos da criminalização. O segundo, a “arena” LBT, foi um espaço de intensas disputas em torno de diferentes concepções de gênero e sexo, o que será desenvolvido mais adiante. No segundo dia do encontro, os grupos de discussão ocupam grande parte da programação, estendendo-se por toda a tarde e, após a janta, acontece a segunda e última “cultural” do EME. No domingo, há a plenária final, em que são encaminhados os documentos construídos ao longo do evento, inicia-se pela manhã e se estende durante o período da tarde, momento em que as delegações se preparam para partir.

O EME da UNE pode ser percebido como uma expressão da “complexa formação política” que Sonia Alvarez afirma ser o feminismo atual. Nas palavras da autora: “As chamadas ‘feministas jovens’, então, são de fato atorras extremamente heterogêneas, abarcando todas as pluralidades, contradições e conflitos que caracterizam o campo feminista mais amplo” (2014, p. 41). No encontro se reúnem participantes que constroem sua militância feminista a partir de diferentes espaços políticos, tais como

---

4[4] Grupos de percussão formados pelas organizações políticas, que, em sua maioria, utilizam materiais reciclados para produção de seus instrumentos.

5[5] Um exemplo de palavra de ordem unificada foi o grito uníssono de “Fora Cunha”, em referência ao ex-presidente da Câmara dos Deputados, autor do PL5069 que dificulta o acesso ao aborto em casos de estupro. Por outro lado, evidenciando polêmicas do movimento estudantil, organizações de oposição à União da Juventude Socialista (PCdoB) tensionavam cantando: “Ai ai ai ai/ mas que horror/ a UJS filiou estuproador”.

6[6] No contexto dos encontros do movimento estudantil, forma como são referidas as festas, geralmente com atrações e performances politizadas.

partidos políticos de esquerda, “coletivos de juventude” e “coletivos de mulheres” – as chamadas “militantes organizadas”. Há também aquelas que identificam sua atuação como “autônoma”, as quais não teriam relação com nenhuma organização política, as “militantes independentes”. É importante ressaltar a fluidez característica desses distintos modos de identificação da atuação política – “militantes organizadas” em partidos políticos também podem atuar em “coletivos de juventude” ou em “coletivos de mulheres”, além disso, a identidade de “militante independente” pode ser acionada por participantes que são “organizadas” em “coletivos”, mas não são filiadas a partidos políticos. Esses diferentes modos de atuação se relacionam a diversos *campos feministas*, do feminismo negro e interseccional, do transfeminismo, do feminismo radical – também referido como “abolicionista” ou “materialista” – e dos feminismos de vertentes marxistas. Nesse cenário múltiplo de discursos e práticas, uma série de conflitos emerge. Neste trabalho, pretendo analisar apenas um deles, o que chamo de conflito entre feministas trans-inclusivas e trans-excludentes.

## 2. Quem cabe na “auto-organização” do EME?

“O Encontro de Mulheres Estudantes da UNE é auto-organizado, ou seja, homens não participam”. Esta é a frase empregada, tanto pela organização do EME, quanto pela maioria de suas participantes, para responder às solicitações de homens cis [7] que desejam participar do encontro. Aparentemente coesa, esta resposta parece solucionar a questão, contudo, da maneira como está formulada, suscita brechas e produz arenas. A “auto-organização” do EME, isto é, a circunscrição do evento apenas às mulheres coloca em questão os próprios limites do que constitui mulheres e feminismo: quem são essas mulheres e em nome de quem o feminismo se movimenta? Em torno de tais questões, velhos dilemas são atualizados. Divergentes concepções sobre gênero, sexo e mulher são mobilizadas em disputas entre feministas que defendem a participação de pessoas trans [8], as quais me refiro como trans-inclusivas, e feministas que se opõem, as trans-excludentes. Na defesa da exclusividade das mulheres cis à participação do evento, acionam-se diferentes argumentos que reproduzem violências e, não raro, reforçam estereótipos de gênero, os quais se pretende combater.

Basicamente, quando afirmo que há uma disputa entre concepções de gênero divergentes, refiro-me à chamada concepção “abolicionista”, ou “materialista”, do gênero, associada ao feminismo radical, e as contribuições dos estudos *queer*, geralmente acionadas pelos feminismos negro e interseccional e pelo transfeminismo. A perspectiva “abolicionista” se baseia em uma noção de gênero entendida enquanto um sistema de crenças que classifica pessoas segundo o sexo e que pressupõe a subordinação das mulheres pelos homens. Aqui, há uma separação entre sexo e gênero, onde o sexo é compreendido como pré-discursivo e determinante para a produção social do gênero. Essa formulação em que o gênero descreve o que é socialmente construído em oposição ao sexo, que seria definido pela

---

[7] A categoria cis ou cisgênero emerge dos estudos transfeministas para designar as identidades de gênero que se expressam de acordo com a norma, em conformidade com o sexo designado no nascimento. A dicotomia cis/trans contribui para a problematização do discurso que concebe pessoas trans como o “outro”, constituídas em relação à cisnormatividade.

[8] Utilizo a categoria pessoas trans como englobante dos sujeitos que, de múltiplas formas, expressam sua identidade de gênero em desacordo com o sexo que lhes foi atribuído ao nascerem.

natureza, foi predominante no pensamento feminista entre as décadas de 1960 e 1970, especialmente entre as teóricas do feminismo radical (NICHOLSON, 1999). Segundo essa perspectiva, a origem e a manutenção da subordinação das mulheres se encontram em sua biologia. De acordo com Jeffreys (2014), uma autora contemporânea que se vale dessa noção de gênero, as mulheres são subordinadas enquanto integrantes de uma *casta sexual* de status inferior. Neste sentido, não se admite o conceito de identidade de gênero e transgeneridade, interpretados como uma forma de ampliar aquilo que se pretende abolir: o gênero.

Em contraposição, os estudos *queer*, que se destacam a partir dos anos 1980 – e que se valem das teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas – empregam a desconstrução das categorias do *sujeito*, como é o caso do *sujeito feminino*, afirmando o caráter instável e indeterminado das identidades sexuais e de gênero. Desse modo, as formulações desconstrucionistas do gênero descrevem como a construção social da distinção masculino/feminino também define as maneiras como o corpo é interpretado, ou seja, como o sexo é ele mesmo uma construção social. Assim, colocam-se de forma crítica à estrutura binária que estabelece dois sexos e dois gêneros, contestando o caráter naturalizado do sexo. Segundo Butler (1990a), sendo contestável o caráter fixo e substantivo do sexo, podemos, então, considerá-lo tão socialmente produzido quanto o gênero e, assim, a distinção entre ambos se revela absolutamente nula. Logo, não há uma base biológica de onde o gênero é determinado, ambos estão implicados em discursos e relações de poder. Se não há uma essência determinante do gênero, é possível concebermos que as possibilidades de sua expressão estarão sempre em aberto. Disso decorre o conceito de identidade de gênero que se refere à forma pela qual os sujeitos autodefinem seu gênero, o que não necessariamente possui uma relação de continuidade com o corpo, a expressão de gênero e o desejo.

A polarização do debate em torno das categorias de sexo, gênero e mulher remete às tensões que permeiam o desenvolvimento do pensamento feminista, elaborado na interação entre academia e movimento social. O percurso do conceito de gênero, sobretudo seus deslocamentos teóricos e políticos, é analisado por Piscitelli (2002). A autora discute como as formulações desconstrucionistas do gênero, apesar de seguirem alguns pressupostos das teorias desenvolvidas em torno da categoria mulher, são criticadas por não preencherem certos critérios da ação política – isto é, por desestabilizarem a categoria mulher através da qual o movimento feminista se mobiliza. Por outro lado, também analisa a autora, tais discussões sobre o gênero avançaram no sentido de desnaturalizar radicalmente a diferença sexual e complexificar as diversas configurações por meio das quais o poder opera de modo difuso, e a produção de diferenças e desigualdades, que são múltiplas e interseccionadas. Desse modo, elas ampliariam a compreensão das relações de poder para além da ideia de um sistema universal de subordinação das mulheres expressa pela categoria do patriarcado. Além disso, representariam um avanço significativo ao permitir analisar como a produção da diferença sexual se intersecciona à construção discursiva de outras diferenças, tais como de raça e classe.

O conflito entre feministas trans-inclusivas e trans-excludentes dramatiza essa tensão que marca o pensamento feminista. Por um lado, as categorias mulher, sexo e gênero, do modo como são mobilizadas pelas feministas trans-excludentes, sustentam-se em um *fundacionalismo biológico*, isto é, de acordo com Nicholson (1999), em certa concepção acerca da relação entre biologia e socialização,

a qual afirma que a construção social da distinção entre homem e mulher tem origem na diferença biológica entre os sexos. Segundo a autora, um dos problemas dessa concepção é alegar que o sexo unifica as experiências das mulheres em relação ao gênero ao passo que raça, classe e outros marcadores sociais as diferenciam. Nesse sentido, a análise da produção social de diferenças e desigualdades é realizada de modo *aditivo* e não interseccional. No que diz respeito ao gênero, esse tipo de análise, frequentemente, universaliza a experiência que é específica da distinção homem/mulher na cultura ocidental moderna – ou ainda, de certos grupos desse contexto, como, por exemplo, a experiência de mulheres brancas. Esse tipo de concepção sugere que a produção social do *ser mulher* poderia ser pensada a partir da separação de suas dimensões – de gênero, raça, classe, etc. – quando tais dimensões constroem, simultaneamente, identidades diversas.

Em contrapartida, o conceito de gênero, como é formulado pelas abordagens desconstrucionistas, produz incômodos na prática política feminista, especialmente naquela que se referencia, em alguma medida, pelo pensamento das teóricas do feminismo radical. A partir desse deslocamento teórico na compreensão do gênero – que não possui uma definição unívoca, embora suas conceituações compartilhem argumentos básicos – tornou-se difícil mobilizar sentidos únicos e estáveis acerca da mulher e do patriarcado sem promover exclusões de variadas experiências marcadas pela distinção masculino/feminino. Uma vez que tais formulações do gênero contrapõem ideias basilares do pensamento moderno ocidental (NICHOLSON, 1999; PISCITELLI, 2002) – sobre as quais se construiu muito do pensamento feminista e marxista – elas são, muitas vezes, pejorativamente tachadas como “pós-modernas”, o que é observável no movimento estudantil e feminista universitário. Em relação ao uso do termo “pós-moderno” na qualidade de acusação, Butler (1990b) argumenta que assim ele é utilizado para rotular produções acadêmicas que apresentem uma análise discursiva, crítica à noção de sujeito e a descrições sociais totalizantes. Segundo Butler, aqueles que visam deslegitimar e recusar um conjunto de críticas sob a rubrica do “pós-modernismo” buscam manter tais questões como traços não problematizáveis da política, ancorando as suas bases em fundamentos que são constituídos por meio de exclusões.

Assim as formulações desconstrucionistas do conceito de gênero são recebidas de maneira truncada pela militância. Frequentemente, mesmo entre feministas que reconhecem a identidade de gênero de pessoas trans, o gênero é evocado como uma inscrição cultural sobre o “corpo natural”, o qual remete às posições baseadas no *fundacionalismo biológico*. Embora sejam, aparentemente, predominantes na teoria feminista contemporânea, há pouca receptividade para os referenciais pós-estruturalistas na militância que busquei analisar. Por outro lado, é recorrente no feminismo universitário a utilização do termo “desconstrução” para se referir a uma forma de “combate ao machismo”. Nesse sentido, seria necessário “desconstruir o machismo” – e todas as outras formas existentes de opressão social – cotidianamente, em um caminho, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Portanto, a forma como as participantes do EME da UNE, tanto trans-inclusivas quanto trans-excludentes, compreendem gênero, sexo e mulher é marcada por ambiguidades no que diz respeito aos percursos teóricos realizados em torno dessas categoriais. A seguir, analiso situações que evidenciam esse cenário.

### 3. “Arenas feministas”, “espaço seguro” e a transfobia no EME

Embora o espaço do EME seja permeado pelos ideais de “liberdade” e “experiência” (LIMA, 2017), sendo percebido como uma oportunidade de experimentar uma liberdade inexistente fora dos limites do encontro, há também uma preocupação com a segurança das participantes. Essa preocupação com a integridade e proteção das participantes é revelada nas recomendações expressas pela organização do evento e por participantes como um todo: “evitem voltar tarde para o alojamento”, “não durmam fora do alojamento”, “não andem sozinhas”. Essa preocupação é acionada para a defesa da “auto-organização” como uma forma de construir o EME como um “espaço seguro”. A percepção é de que a presença de homens no encontro, além de ser problemática em relação ao fortalecimento do “protagonismo” das mulheres na política feminista, colocaria essa segurança em xeque. Essa noção de “espaço seguro” é acionada tanto por feministas trans-inclusivas quanto pelas trans-excludentes, mas o que diferencia cada uma é a concepção de quem representa um agressor em potencial. Para feministas trans-inclusivas, apenas homens cis representam uma ameaça de agressão às mulheres; para as feministas trans-excludentes, o pênis é o que constitui a ameaça.

Nesse sentido, feministas trans-inclusivas e trans-excludentes apresentam diferentes compreensões acerca da relação entre violência e gênero. Ambas vinculam a figura do “homem” ao agressor em potencial, no entanto, uma vez que mobilizam diferentes compreensões acerca do gênero, essa associação é feita de modos distintos. Esse gesto de vinculação de determinadas identidades às figuras da violência é problematizado por Sarti (2011). Ao abordar os discursos contemporâneos sobre violência, a autora destaca o caráter relacional desse fenômeno, ou seja, demonstra como vítima e agressor somente podem ser qualificados enquanto tais se forem tomados um em relação ao outro e inseridos no contexto da situação de violência. Isto significa que as figuras de vítima e agressor não podem ser compreendidas como portadoras de características de grupos específicos, uma vez que podem ser incorporadas por variados sujeitos. Desse modo, a autora problematiza os efeitos políticos da cristalização dessas figuras – entre os quais se inclui o não reconhecimento da vulnerabilidade de grupos sociais que não possuem os atributos que são socialmente circunscritos como de vítima. O “caso” analisado a seguir evidencia como determinadas características corporais adquirem centralidade na definição das figuras da violência – na situação analisada, a “buceta” é tomada por algumas como atributo da vítima, enquanto o pênis é compreendido como um traço fundamental do agressor.

Em sua VI edição, em meio à montagem das barracas, havia uma pessoa que, por suas características físicas, podia ser lida como um homem cis. Essa pessoa, que trajava roupas consideradas masculinas e tinha barba, estava se credenciando. Cochichos de “vocês viram que tem um homem aqui?” se espalharam pelo espaço e um clima de indignação latente se instalou. Ao longo do encontro, sua aparência foi se modificando: uma saia foi vestida, a barba foi retirada, um nome feminino foi credenciado e colocado em seu crachá – imaginemos que fosse Heloísa. É importante mencionar que Heloísa, uma jovem no início de seu processo de transição de gênero, tinha sido expulsa da casa dos pais e morava com os avós em uma cidade do interior do Paraná. Em vista do conservadorismo presente em seu círculo familiar e do alto índice de violência contra LGBTs em sua cidade, Heloísa estudava – estava no início da graduação – e trabalhava, a fim de adquirir condições para sair da casa dos avós e mudar de estado. Tais aspectos de sua história elucidam os motivos pelos quais a participante aguardou a chegada ao “espaço seguro” do encontro para expor sua identidade de gênero.

Entretanto, a autoidentificação se demonstra insuficiente diante da eloquência do corpo em comunicar a suposta *verdade* sobre alguém. Essa questão é analisada por Rodovalho (2017) que aborda os limites da autoidentificação relativa ao gênero na constante e tensa negociação de sentidos do *ser* e do *parecer* em interações sociais entre cis e trans. Segundo a autora, a autoidentificação não é determinada unilateralmente, uma vez que ela depende da legitimação exterior ao sujeito, sobretudo do grupo com o qual se identifica. Além disso, embora considere importante para *desdemonizar* a transição, para ela, a autoidentificação se limita em reforçar a noção de que devem se explicar somente aqueles e aquelas que transcendem a norma. Sendo assim, o investimento de Heloísa na construção de sua identidade de gênero não é suficiente para que ela seja prontamente reconhecida enquanto mulher, pois está subordinada ao julgamento normativo.

No segundo dia, no grupo de discussão com temática LBT, a controvérsia em torno da utilização de banheiros femininos por mulheres trans teve centralidade no debate, sobretudo a suposta relação deste fato com o estupro de mulheres cis. A suposição era de que homens cis se travestiam para acessar o banheiro feminino e estuprar mulheres. Heloísa, que se identificava enquanto mulher trans e lésbica, e que havia sido convidada pela organização do evento para participar do grupo de discussão LBT, teve sua identidade questionada durante todo o debate. Na percepção de participantes trans-excludentes, mulheres trans estariam “roubando espaço” delas na militância e o grupo de discussão LBT – que, em princípio, deveria abrigar igualmente lésbicas, bissexuais e pessoas trans – estava sendo injustamente ocupado por “machos de saia”. Ao longo de todo o segundo dia do encontro, Heloísa foi acolhida por algumas participantes, no entanto, hostilizada e estranhada na maioria dos espaços. Nessa tentativa de acolhimento da presença de Heloísa, algumas participantes ajudaram-na a se arrumar para a “cultural” de acordo com a maneira que ela compreendia sua identidade de gênero.

Heloísa chegou à “cultural” maquiada, vestindo um macacão e acessórios considerados femininos. Feliz porque se sentia “completa”, até que foi encontrada com a maquiagem borrada. Heloísa tinha sido agredida por participantes que afirmavam que ela estaria se “apropriando de símbolos femininos”, ameaçando castrá-la. A agressão ocorreu a partir do momento em que foi observada beijando outra mulher, pois, na percepção de quem a agrediu, Heloísa representava uma ameaça àquela mulher. A expressão de seu desejo por outra mulher confirmava, para feministas trans-excludentes, a suposição de que Heloísa era um “homem travestido” e representava uma ameaça ao “espaço seguro” do EME. Em decorrência deste “caso”, diversas notas de repúdio e relatos pessoais foram escritos, publicados nas redes sociais e, durante alguns dias, o VI EME foi tema de intensos debates. Em nota, a organização do evento se posicionou contra a transfobia. Outra nota, do campo da “oposição de esquerda” – no qual minha militância estava inserida – foi construída junto à Heloísa, divulgada e assinada por alguns “coletivos”, diretórios e centros acadêmicos, gerando indignação em parte do feminismo universitário que não reconhecia este acontecimento como um “caso de transfobia”.

Suponho que este tenha sido o primeiro “caso” ocorrido no EME e, possivelmente, o primeiro conflito a repercutir de tal maneira, contribuindo para a expectativa de que no próximo encontro essas tensões emergiriam novamente. De fato, vieram à tona; no entanto, de outros modos. Em sua VII edição, o EME cresceu em número de participantes cis e trans, incluindo a primeira diretora trans da UNE, que foi mediadora da “arena feminista” LBT. Diferente da VI edição, a presença de pessoas trans

foi mais expressiva nesse grupo de discussão: além da mediadora, outras duas mulheres trans foram convidadas a compor a mesa de debate e muitas participantes mulheres e homens trans ocuparam este espaço. Não obstante, também foi ocupado em grande parte por feministas trans-excludentes, o que gerou tensionamento. A “arena feminista” LBT foi o maior, mais demorado e ruidoso grupo de discussão do encontro. Entre as convidadas que compunham a mesa, as divergências em relação às concepções do que constitui o gênero eram colocadas de maneira respeitosa, entretanto, o restante da “arena” intervinha no debate. Aos gritos de “buceta”, feministas trans-excludentes apontavam suas divergências em relação ao que era colocado pelas convidadas ou aclamavam quando algo era dito em conformidade com seus posicionamentos. Esse grito, que sob alguns pontos de vista, pode ser percebido como “empoderamento”, nesse contexto, assumiu um caráter violento.

A presença de homens trans na “arena” LBT e a postura de feministas trans-excludentes em relação a eles suscita outros elementos para esta reflexão. Assim que as intervenções da plateia se iniciaram, homens trans criticaram o silenciamento que sofrem nos espaços feminista e LGBT, atentando para a invisibilização de suas pautas nas falas das mulheres que integraram a mesa. Além disso, denunciaram a dificuldade enfrentada para participar do encontro, criticando a noção de que homens trans usufruiriam de privilégios assim como homens cis. Diante dessa discussão, pude observar que feministas que há pouco entoavam gritos de “buceta” e se manifestavam de forma agressiva em relação às mulheres trans, agora se colocavam como aliadas de homens trans na defesa de sua participação no EME. Aparentemente, uma contradição, contudo, se atentamos para a centralidade que o órgão sexual assume na concepção das feministas trans-excludentes sobre as causas da opressão às mulheres, compreendemos os fundamentos dessa posição. Para elas, o silenciamento e a invisibilização que homens trans sofrem tem relação com o fato de terem sido designados mulheres ao nascerem.

O incômodo, ao que parece, não está somente na descontinuidade entre gênero, sexo e desejo, mas também na possibilidade do pênis ocupar espaços feministas. Nessa perspectiva, ele é julgado como contrário a certa noção de mulher que, por sua vez, é tomada num único sentido. Nele, para ser mulher, é indispensável ser designada “fêmea” ao nascer e, somente assim, reconhece-se a legitimidade desse sujeito, enquanto sujeito do feminismo. Ao empregarem esse discurso para argumentar em favor da exclusão de mulheres trans de espaços “auto-organizados” – afirmando que determinados corpos, por si só, usufruiriam de privilégios – feministas trans-excludentes desconsideram que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo [9]. Esse posicionamento limita os espaços feministas a participantes que incorporam determinadas experiências de ser mulher, enquanto exclui outras que estão também vulneráveis às desigualdades e violências marcadas pelo gênero.

#### 4. Considerações finais

Neste artigo, busquei analisar como as categorias de gênero, sexo e mulher são mobilizadas pelos feminismos que se articulam a partir da militância estudantil universitária, abordando um conflito

---

9[9] Segundo a ONG internacional *Transgender Europe*, o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo, liderando o ranking desde 2009 quando o *Trans Murder Monitoring* foi lançado.

que permeia os discursos e as práticas políticas desses espaços: aquele relativo à polarização entre feministas trans-inclusivas e trans-excludentes. Para isso, privilegiei a análise de *situações sociais* observadas no EME da UNE, evento que adquire centralidade na dinâmica política do feminismo universitário e que reúne a diversidade das participantes e organizações que o compõem. O encontro, de caráter “auto-organizado”, é compreendido como um “espaço seguro” devido à circunscrição de sua participação às mulheres. Discuto como nessa noção de “espaço seguro”, a segurança seria mantida pela exclusão de potenciais agressores de mulheres, ao passo que a compreensão em relação a quem incorporaria esse potencial violento diverge entre suas integrantes. Para feministas trans-inclusivas, um “espaço seguro” restringiria a participação de homens cis, para feministas trans-excludentes, essa restrição deveria se estender também a mulheres trans. A partir da análise de um “caso de transfobia” ocorrido na VI edição do encontro, e suas repercussões na edição seguinte, examino como a oposição entre trans-inclusivas e trans-excludentes aciona divergentes concepções acerca do gênero, do sexo, da mulher e também das noções de vítima e agressor.

Discuto como essa oposição remete a disputas conceituais existentes no âmbito do pensamento feminista contemporâneo e as tensões que provoca na prática política do movimento. Nesse sentido, abordo como o desenvolvimento do pensamento feminista é marcado por deslocamentos no modo como o corpo é teorizado em relação ao gênero, e como essas diferentes teorias são particularmente mobilizadas nos discursos e nas práticas daquelas que integram o feminismo universitário. No EME da UNE, sobretudo no grupo de discussão relativo às pautas de lésbicas, bissexuais e pessoas trans, a “arena” LBT, essas tensões se manifestam de modo acentuado e o espaço se constrói de modo conflituoso, onde se reproduzem também violências. Nele, diferentes concepções sobre gênero, sexo, sexualidade e identidade se digladiam. Como Corrêa e Vianna (2006) nos apontam, tais tensões se devem, em grande medida, ao êxito das teorias sobre gênero e sexualidade que legitimam a multiplicação de sujeitos sexuais. Ao mesmo tempo em que esse desdobramento bem sucedido se choca com as resistências de parte da militância feminista em renunciar ao *patrimônio* construído em torno da categoria de representação mulher – em especial, de um sentido essencializado dessa categoria. 🌀

## NOTAS

\*À época da submissão do artigo, cursava o 9º período da graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição. E-mail: [marques.hylida@gmail.com](mailto:marques.hylida@gmail.com). Nota da autora: A primeira versão deste artigo foi apresentada no I Congresso de Graduação em Antropologia, realizado em outubro de 2017 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CONGRAN/IFCS-UFRJ). Agradeço às contribuições de Bárbara Pires e Nathalia Gonçalves que foram comentadoras do Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero, ambas do Núcleo de Estudos em Corpos, Gêneros e Sexualidades do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (NuSEX/PPGAS-MN). A revisão da versão final deste artigo também se beneficiou de discussões realizadas em outros espaços de debate acadêmico, entre os quais destaco o SPG de Sexualidade e Gênero do 42º Encontro Anual da ANPOCS.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cadernos Pagu. Campinas, n. 43, p. 13-56, dez. 2014. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200013&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 25 fev. 2019.

BENTO, Berenice. **Brasil**: país do transfeminicídio. Disponível em: <http://www.clam.org.br/artigos-resenhas/conteudo.asp?cod=11608>. Acessado em: 26 jul. 2017.

BUTLER, Judith (1990a). **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

\_\_\_\_\_. (1990b). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, jan. 2013 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acessado em: 25 jul. 2017.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 10, p. 58-78, jan/fev/mar/abr. 1999. Disponível em: [https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10\\_06\\_claudia\\_fonseca.pdf](https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf). Acessado em: 25 jul. 2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne (1990). Ser Afetado. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

GLUCKMAN, Max (1958). Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987.

JEFFREYS, Sheila. Introduction. In: **Gender Hurts**: a feminist analysis of the politics of transgenderism. New York: Routledge, 2014.

LIMA, Stephanie Pereira de. Os limites da “experiência” e da “liberdade” no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 256-276, abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872017000100256&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872017000100256&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 25 jul. 2017.

MESQUITA, Marcos. **Identidade, cultura e política**: os movimentos estudantis na contemporaneidade [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. PUC-SP. São Paulo, PUC-SP, 2006.

NICHOLSON, Linda (1999). Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/38460>. Acessado em: 25 fev. 2019.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, fev. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48521>. Acessado em: 25 jul.2017.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, abr. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792011000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000100004&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 25 fev. 2019.

VIANNA, Adriana; CORRÊA, Sonia. Teoria e práxis em gênero e sexualidade: trajetos, ganhos, perdas, limites...pontos cegos. **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**, 2006.

Recebido em 25/06/2018

Aprovado em 28/03/2019